



RICOEUR, Paul. **Parcours de la reconnaissance**: trois études Paris: Stock, 2004. 387 páginas.

Elizabeth Harkot-de La Taille.
USP – Universidade Estadual de São Paulo

Ricoeur, filósofo e interlocutor de Greimas, dispensa apresentações. Sua última obra, traduzida como **Percursos do reconhecimento**, em 2007, por Edições Loyola, apresenta interseções com a semiótica discursiva.

A **Introdução** examina as acepções de *reconhecimento*, no tempo, na confrontação dos **Dictionnaire de la langue française** e **Grand Robert de la langue française**. Atento à riqueza do termo, Ricoeur persegue, nas trilhas lexicográficas, o dito e o não dito das acepções dadas e as organiza em três matrizes:

- I. Tomar (um objeto) no pensamento, relacionando-lhe imagens, percepções; distinguir, identificar, conhecer pela memória, pelo juízo ou pela ação.
- II. Aceitar, tomar como verdadeiro (ou como tal).
- III. Testemunhar gratidão devida a alguém (algo, uma ação).

As matrizes sugerem um percurso, desenvolvido em três capítulos, originários de conferências no *Institut für die Wissenschaften des Menschens*, de Viena, sobre o estatuto semântico da palavra *reconhecimento*, na filosofia.

O primeiro capítulo (“O reconhecimento como identificação”) é o mais puramente filosófico. Elege inicialmente duas operações inerentes ao processo de reconhecimento: distinguir e identificar. Distinguir alguém ou algo é identificá-lo. Identifica-se em relação ao mesmo e se distingue em relação ao outro: o *idem* e o *alter*.

Em Descartes, reconhecer é distinguir o verdadeiro do falso, isto é, reconhece-se aquilo que o pensamento liga à idéia de verdadeiro. O verbo *reconhecer* exprime uma confirmação com valor de certeza sobre o percurso cognitivo realizado e convida a reunir saber e crer, que o léxico separa, no uso cotidiano (cf. I e II, acima).

Em Kant, reconhecer é religar/relacionar sob a condição do tempo. Duas camadas do conhecimento humano se colocam: a *sensibilidade* e o *entendimento*. Para a primeira, os objetos nos são *dados*; para a segunda, *pensados*. Com Kant, a colocação de religar, no lugar do distinguir, e a incorporação do tempo e da sensibilidade ao juízo constituem uma marcante ampliação da questão, pois doravante desqualificam o sentido interno enquanto revelador de um eu-substância, de uma alma em si.

O ato de religar, como base do reconhecimento, é uma operação única, ancorada na receptividade da sensibilidade e na espontaneidade do entendimento. Julgar não é mais compor a faculdade de eleger (vontade) com a de receber em idéia (entendimento), como em Descartes, mas colocar intuições sensíveis sob um conceito, subsumir.

Ricoeur retém de Kant uma síntese tripla: reconhecer algo é remontá-lo, relacioná-lo a representações anteriores e reuni-los sob um conceito. Reconhecer coisas é em

grande parte identificá-las por seus traços genéricos ou específicos, reconhecer pessoas coloca a questão temporal, como no caso exemplar do envelhecimento. Reconhecer alguém, tendo se passado muito tempo, nas condições colocadas pelo envelhecimento, exige um raciocínio concludente sobre o parecer de traços, no presente, que remetem à identidade do sujeito cujos traços, no passado, em muito diferiam.

O segundo capítulo desenvolve o “reconhecer a si mesmo”. É o de melhor interface semiótica. O caminho é longo para o homem que “age e sofre” até o reconhecimento daquilo que é: um homem “capaz” de certas realizações. O reconhecimento de si requer ainda, a cada etapa, a participação de outrem, integra-se em e depende do reconhecimento mútuo, colocando a responsabilidade. O homem capaz é dotado de poder dizer, poder fazer, poder se contar. É aquele a quem determinadas ações são imputáveis. A consciência reflexiva de si, *self/selfhood*, opera uma mudança de perspectiva de reflexão da ação que torna o homem capaz e reconhecível, para o agente. Só é de fato personagem quem “age e sofre” no relato.

Aqui, as reflexões de Ricoeur são tributos a Greimas, uma vez que o modelo actancial deste permite verificar a hipótese de que a intriga rege a gênese mútua entre o desenvolvimento de um temperamento e aquele de uma história contada. A identidade pessoal fica, portanto, associada ao poder contar e se contar. É necessariamente narrativa, refém dos fragmentos, contradições, enfim, das histórias contadas e recontadas de si sobre si.

Com Greimas, a dialética da identidade se enriquece, pois é considerada na oposição ao outro e em sua dimensão temporal, isto é, a identidade imutável do *idem* (mesmo) e a identidade móvel do *ipse* (o “eu” considerado em sua dimensão histórica). Da dialética do confronto *idem-ipse* e *idem-alter*, chega-se ao problema do público–privado: uma história de vida se mistura a histórias de outras vidas. Essa interseção se faz visível tanto no nível individual quanto no coletivo e é no confronto do indivíduo com a coletividade que a identidade narrativa mostra sua fragilidade.

Nos ajustes próprios às identidades narrativas, construídas conjuntamente, vale notar o poder de manipulação que exercem as ideologias. O *reconhecimento de si*, sob tal manipulação, privilegia a identidade-*ipse*, sua dimensão histórica e coletiva, mutável, como identidade do grupo x ou y. A hipertrofia da identidade-*ipse*, em detrimento da identidade-*idem*, enfraquece a identidade narrativa. Um sujeito eminentemente móvel, identificado a cada momento à dimensão histórica e coletiva, caminha em direção à desintegração da identidade. No limite, escapa à imputação de seus atos a si, afasta-se da condição de agente, de personagem “que age e sofre”, aproximando-se do estatuto de “coisa”, isenta de responsabilidade, à qual certas ações não são imputáveis.

Memória e promessa são as operações que vinculam reconhecimento de si e do outro, na dimensão temporal. A memória, em direção ao passado, opera sobre a conservação do *idem* (mesmo), a promessa, dirigida ao futuro, instaura a possibilidade de conservação do *ipse*, da consciência de si.

O reconhecimento do passado contribui para o reconhecimento de si pela rememoração, que forja relatos de si e alimenta a identidade narrativa. O reconhecimento é um ato mnemônico e uma presunção de sobrevivência: reconhecer uma lembrança é reencontrá-la. É na categoria da memória meditante de Bergson que coincidem reconhecimento das imagens do passado e reconhecimento de si mesmo.

A promessa constitui o exemplo paradigmático para a *ipséité*: tanto dá a idéia da capacidade como da recapitulação de poderes anteriores, do poder imputar a si a origem de seus atos. Denota uma vontade de constância, de manutenção do “eu”, mesmo diante de tudo o que inclinaria a trair a palavra. A promessa evoca Nietzsche, a potência de agir, no sentido *agency*.

Reconhecimento de si e reconhecimento mútuo aproximam-se. As capacidades em questão não são mais apenas atestadas por indivíduos, mas reivindicadas por coletividades

e submetidas à apreciação e aprovação públicas. O reconhecimento de si alia-se às representações sociais de si, as quais se ligam às práticas sociais. As representações são mediações simbólicas que contribuem para a instauração do vínculo social, entendida como um acordo, um contrato, um jogo de busca de identidade. A capacidade de instauração de vínculos sociais ocorre sob a figura das identidades que a eles se ligam. Está aberto o caminho para o reconhecimento associado ao querer, ao desejo, ao *pathos*.

No terceiro capítulo (“O reconhecimento mútuo”), podemos estabelecer pontos de contato com a semiótica das paixões e com a semiótica tensiva, na medida em que se analisa o sentido de gratidão do *reconhecimento*. A assimetria da reciprocidade eu/outro, gerando “relações comerciais”, é apontada como barreira. Tal assimetria é discutida pela visada de Husserl (“eu” é o centro de onde se avalia o outro) e da conquista de exterioridade de Lévinas (a avaliação se dá do outro em direção ao eu), em que o mesmo e o outro relacionam-se de modo a jamais formar uma totalidade. Três paixões caracterizam o estado de “guerra de todos contra todos”: a competição, a desconfiança e a glória. No âmbito da conquista da exterioridade, instaura-se o desprezo pelo não-eu e dá maior clareza à injustiça que à justiça.

Com Hobbes, há conexão entre auto-reflexão e orientação em direção ao outro, processo cuja dinâmica procede do pólo negativo para o positivo, do desprezo para a consideração, da injustiça para o respeito. O reconhecimento mútuo introduz a voz passiva, o “ser reconhecido”, e conclui o processo de reconhecimento de si.

Três modelos de reconhecimento intersubjetivo são colocados: o amor, o direito e a estima social. O primeiro remete a *ágape*, ao dar a outra face, ao gesto pelo início da paz. Nele, escapa-se do perigo da fusão emocional, mas se encontra o risco da banalização do ato. No plano jurídico, a reciprocidade adquire sentido comercial. Dá-se ao outro o que lhe é de direito, reconhece-se não o outro, mas o que lhe é devido. Na estima social, há um horizonte de valores comuns aos sujeitos. A dimensão axiológica e a estima mútua interdependem: os sujeitos medem a importância das qualidades próprias para a vida do outro pelos mesmos valores e fins.

Sob esse prisma, o multiculturalismo e a “política do reconhecimento”, que coletivamente exigem um reconhecimento singularizante da diferença, fortalecem a auto-estima, mediante a fragilização do reconhecimento mútuo e do vínculo social.

No outro pólo está o exemplo do *potlatch*, a troca de presentes entre os Maoris da Nova Zelândia, próxima do *ágape*. Para os estados de paz, o foco da reciprocidade reside não nos objetos, mas no “entre” da troca. Todo presente engendra um risco que só a confiança garante superar. O mercado é a reciprocidade sem mutualidade. Dar algo em troca por generosidade é reconhecer a *relação* da qual o presente anterior é apenas um veículo.

Assim, há a boa e a má reciprocidade, a do reconhecimento efetivo é a do valor sem preço. O reconhecimento mútuo está para o ser reconhecido e não para o se reconhecer. A voz passiva exprime um estado de demanda no qual o ser reconhecido está em jogo.

A “Conclusão” retoma os capítulos pelo viés do subtítulo “Um percurso”. Do sentido de *identificar* e *distinguir*, superado por *relacionar*, passa-se ao reflexivo, ou *reconhecimento de si, idem* e *ipse*, na dialética com o outro. Relacionar público-privado é chega ao reconhecimento mútuo, à voz passiva, ao ser reconhecido. A gratidão, quase *ágape*, com foco na *relação*, origina a boa reciprocidade.

Percurso do reconhecimento é uma obra filosófica com interface semiótica. As discussões acerca do crer e do saber, o conceito de identidade narrativa, o reconhecimento enquanto valor social, estado patêmico e operador de fortalecimento do vínculo social o atestam. Enfim, um livro a não faltar em uma boa biblioteca.